

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 22 A 28 DE SETEMBRO DE 1981
Nº 163 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES
Paulo Cezar Loureiro Botas

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

EDITOR DO ACONTECEU
José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS
Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082
22221 - Rio de Janeiro - RJ

TRABALHADORES URBANOS

TRABALHADOR MARCA PARA 19 DE OUTUBRO MANIFESTAÇÕES PELO DIA NACIONAL DE LUTA

Passeatas, atos públicos, acampamentos, concentrações e outras manifestações, além da entrega, ao Presidente da República, de um memorial de reivindicações trabalhistas, são manifestações contra a política econômica do Governo que marcarão o 19 de outubro como o Dia Nacional da Luta. Em 19 Estados e 20 cidades, essas manifestações já estão definidas e com hora marcada. De acordo com as resoluções da Comissão Executiva, cada Estado poderá programar suas manifestações a critério da Unidade Sindical, com solicitação prévia às autoridades locais para os atos em locais públicos, "mas todas, qualquer que seja sua natureza, deverão deixar clara a posição sindical de protesto contra a política econômica do país", segundo esclareceu Guilherme Tel Gomes que, ao lado de Heraldo Lirio de Azeredo, presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, foram encarregados de manter contato com a imprensa. As linhas básicas das manifestações são de luta contra o desemprego, a carestia, o pacote da Previdência, a Lei de Segurança Nacional e pela estabilidade no emprego, reforma agrária, salários e preços justos, liberdade e autonomia sindical e pela formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, palavras de ordem que constam de cartazes já aprovados pela Comissão Pró-CUT para distribuição em âmbito nacional. Além das manifestações, no dia 19 de outubro uma comissão nacional de oito líderes sindicais entregará ao Presidente da República - a audiência já foi solicitada para as 14h30m, mas até agora não houve resposta - um memorial com todas as resoluções e reivindicações da Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) sugerindo um prazo para resposta - 15 de novembro - quando a Comissão Nacional Pró-CUT se reunirá em Brasília. (JB - 22/9/81)

TRABALHADORES RURAIS

CONTAG DENUNCIA VIOLÊNCIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Conclat - enviou documento ao presidente do Grupo Executivo de Terras do Araguaia - Tocantins - Getat - denunciando "as violências e arbitrariedades que estão sendo cometidas contra os posseiros da fazenda Tupanciretã, município de Conceição de Araguaia, Pará, por soldados e jagunços contratados pelo banqueiro paulista Flávio Pinto de Almeida com o objetivo de expulsar cerca de 400 famílias de suas posses". "Se não forem adotadas pelo governo, providências imediatas no sentido de reestabelecer a tranquilidade aos posseiros e suas famílias, e, assegurar-lhes o direito de permanência nas terras das quais dependem suas sobrevivências - alerta a Contag - o presente conflito poderá ter consequências imprevisíveis, sobretudo, em face da incapacidade demonstrada pelos órgãos do governo, responsáveis pela política fundiária." A Contag afirma, ainda, que o caso já foi levado, há cerca de dois anos, ao conhecimento do Incra e do Ministério da Justiça, mas não foram tomadas medidas para a efetiva solução do problema. (ESP - 25/9/81)

NEGOCIAÇÕES FRACASSAM NA 1ª REUNIÃO NA ZONA DA MATA

Os cinco sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata, que se reuniram ontem com as classes produtoras, deverão realizar assembléias nas próximas horas para informar a seus associados que as tentativas de negociação fracassaram. Se não houver acordo até terça-feira, tempo legalmente previsto para as negociações, os sindicatos deverão declarar greve. O Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco negou-se a discutir as 24 cláusulas do documento reivindicatório dos lavradores porque os trabalhadores não abdicaram da primeira exigência: salário unificado de Cr\$ 13 mil 940,30 resultante de aumento de 12,8% na produtividade mais 44,44% de INPC. Os usineiros não chegaram a apresentar contra-proposta aos trabalhadores. O presidente da Confederação dos Trabalhadores de Agricultura, José Francisco da Silva, sugeriu que a discussão abrangesse as outras 23 cláusulas do documento, mas o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, Gilson Machado, fechou questão no primeiro item, já que os produtores não aceitam a inclusão da taxa de produtividade no aumento de salário. (JB - 26/9/81)

CANAVIEIROS FAZEM 38 ASSEMBLÉIAS

Na manhã de hoje 38 sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco estarão realizando assembléias, em segunda convocação, para que os participantes - associados e clandestinos - aprovelem as 24 reivindicações que a categoria faz aos patrões e - no caso de nova negativa dos usineiros - decidam sobre a deflagração da greve. As mesmas reivindicações já foram aprovadas pelos cinco mais fortes sindicatos da área - Barreiros, São Lourenço da Mata, Jaboatão, Pau-d'Alho e Rio Formoso - que também ficaram a favor de uma greve se os empregadores não as atendessem. Acontece que logo na primeira cláusula - que prevê salário unificado de Cr\$ 13 mil 940,30 - as partes mostraram-se radicais: os trabalhadores não aceitam diminuir o valor fixado e os patrões se negam a pagá-lo. (JB - 27/9/81)

TRT JULGA REIVINDICAÇÃO DE LAVRADORES DA ZONA DA MATA

O Tribunal Regional do Trabalho começa a julgar, a partir das 9 h, o dissídio coletivo dos trabalhadores rurais de cinco municípios da zona canavieira de Pernambuco que estão reivindicando salário unificado de Cr\$ 13 mil 940,30 - que inclui aumento de produtividade de 12,8% e 44,44% de INPC. Os lavradores fazem ainda 23 exigências por melhores condições de trabalho no campo. Ao contrário do ano passado, quando trabalhadores, usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar (empregadores) negociaram durante os cinco dias de prazo previstos na Lei de Greve em busca de um acordo, este ano houve apenas um encontro na sexta-feira e nada ficou decidido. Caberá ao TRT decidir o aumento dos agricultores e determinar se devem ser cumpridas as outras 23 cláusulas. O dissídio que começa a ser julgado hoje é de interesse de cerca de 50 mil trabalhadores rurais dos Municípios de São Lourenço da Mata, Paudalho, Rio Formoso, Barreiros e Jaboatão. Eles encabeçam a campanha salarial porque na primeira convocação da assembléia tiveram quorum para aprovar as reivindicações e já decidiram por unanimidade paralisar as atividades se não houver um acordo. (JB - 29/9/81)

POSSEIROS DE TRINDADE PODERÃO GANHAR CAUSA

Após nove anos de resistência, os posseiros de Trindade, em Parati (RJ) poderão garantir, definitivamente, a permanência de suas famílias nas terras em que vivem há quatro gerações, selando em juízo a posse do solo que cultivam há quase 200 anos. As negociações entre seus represen-

tantes e a proprietária dos terrenos, a empresa Cobrasinco S.A., estão em fase final, e tudo indica a proximidade de um acordo. Se este for o resultado, Trindade será um novo capítulo da história do litígio de terras no País. A partir de sua resistência, essa comunidade mostrou que o direito natural de quem cultiva a terra significa um pouco mais do que simples intenção registrada no Incra. Os pescadores resistiram à violência de metralhadoras e jagunços que a antiga proprietária, a multinacional Adela, lhes impôs durante vários anos, e aprenderam a lutar por seus direitos mais elementares. Em julho, a Adela vendeu a Companhia Trindade Desenvolvimento Territorial S.A., proprietária dos 550 alqueires, à Cobrasinco S.A., de capital nacional, que iniciou entendimentos com os representantes dos posseiros, apontando áreas onde poderiam se instalar. Em apenas dois meses, os trindadeiros discutiram as propostas da nova compradora e, em reuniões de toda a comunidade, sugeriram outras áreas, discutiram suas reivindicações mínimas, escolheram e votaram propostas. (FSP - 27/9/81)

POSSEIROS DO PARÁ FORAM TORTURADOS, DENUNCIAM MULHERES

Um grupo de sete mulheres, formado por esposas, filhas e irmãs de alguns dos 13 posseiros presos na Polícia Federal, em Belém, junto com os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou, denunciaram ontem, na Comissão Pastoral da Terra da capital paraense cenas de torturas presenciadas pelo posseiro Alfredo Resplande, também detido em agosto, com os outros, mas solto ainda em São Geraldo do Araguaia, antes da transferência do grupo para Belém. Alfredo Resplande, que é irmão de Antônio Resplande, um dos 13 posseiros presos, contou às mulheres que viu muitos deles serem maltratados na garagem do Getat, em São Geraldo do Araguaia. Ele estava numa outra dependência, mas ouvia gemidos, e via parte das cenas de violência por um buraco na parede de tábuas. Por exemplo: um posseiro algemado nas pernas de outro, o que obrigava a que, enquanto um se levantasse, o outro se abaixasse no chão, para não provocar sua queda. E assim, segundo esse relato, eles eram obrigados a passar na dependência onde estavam, diante dos policiais. (FSP - 23/9/81)

SECA LEVA USINA A DIMITIR 900

A usina de álcool Vale do Panema, no Município de Leopólis, Norte do Paraná, demitiu em uma semana 900 de seus pouco mais de 1 mil trabalhadores e alegou que a estiagem secou a represa que fornece os 150 mil litros de água diariamente utilizados nas caldeiras. Até o final de semana, a usina deverá estar sob o controle acionário do Banco Valbrás (Grupo Sharp), informou o prefeito de Cornélio Procópio, município vizinho a Leopólis e onde moram pelo menos 600 bóias-frias dispensados. No encontro, ficou decidido que 200 trabalhadores serão readmitidos para o trabalho de ampliação da represa a ser feito com máquinas e tratores cedidos pela Prefeitura de Leopólis e Cornélio Procópio. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais lembrou que as demissões estão ocorrendo perto do dia 2 de outubro, quando vence a data-base para o novo acordo salarial dos empregados da usina Vale do Panema. O sindicato está instruindo os trabalhadores para que não assinem nada sem o conhecimento do sindicato. De acordo com seu presidente, os trabalhadores dispensados não estão com registro regular em carteira e todos os que tiverem em situação irregular deverão levar a usina à Justiça. (JB - 29/9/81)

GRILEIROS, UMA AMEAÇA NA BAHIA

No distrito de Sítio do Mato, região do Médio São Francisco, município de Bom Jesus da Lapa, a 902 quilômetros de Salvador, 79 pequenos e mé-

Os proprietários rurais, uma parte deles com terras doadas em 1965 pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, estão ameaçados por grileiros, segundo as denúncias do pastor presbiteriano José Moreira Cardoso, um dos atingidos. Dois desses proprietários, o próprio pastor e Joaquim Francisco dos Santos, já recorreram, inclusive, a instâncias judiciais e a decisão lhes foi favorável, mas nem assim puderam ficar nas terras. O problema começou em 1974 e hoje, de acordo com o religioso, a invasão de terras no local atinge a 46 mil hectares. Além de recorrer à Justiça, José Moreira Cardoso apelou ao ex-presidente Geisel, falou diretamente com o então ministro da Justiça, Armando Falcão, e escreveu ao governador Antônio Carlos Magalhães, pedindo providências. Tudo isso deu em nada devido à presença armada de jagunços dos grileiros em seus domínios. (ESP - 27/9/81)

ÍNDIOS

JURUNA FILIA-SE AO PDT E PRETENDE SER DEPUTADO

O cacique xavante Mário Juruna assinou ontem à tarde, na sede do PDT, a ficha de filiação ao partido do ex-governador Leonel Brizola, confirmando que pretende se candidatar a deputado federal pelo Estado do Rio, com o propósito de defender "não só os direitos dos índios, mas do posseiro, do trabalhador, de todo esse pessoal sofredor, que só recebe ferida, miséria e fome". Juruna suou muito diante dos refletores, microfones e gravadores, mas respondeu aos repórteres com muita firmeza: "O branco aprende o que tinha que aprender com o índio. Agora, sou eu que vou aprender com o branco para ajudar os índios." "Vou me candidatar a deputado federal pelo Rio - declarou Juruna - porque sou brasileiro e livre. Por isso posso me candidatar por onde quiser, neste País". O cacique explicou também porque escolheu o PDT como o partido ideal para a sua candidatura: "Como eu sou livre, poderia escolher qualquer partido. Antes eu tinha escolhido o PMDB. Mas, como o PMDB demorou muito a me chamar, a se interessar por mim, eu conversei com o companheiro Norberto, que encontrei na esquina, lá em Barra do Garça. Em quatro minutos ele acertou comigo de falar com o Brizola. Acho que agora está na hora de assumir grande responsabilidade. Espero que o PDT me ajude, porque sozinho não dá para lutar". "O governo vai ter que ouvir o representante indígena. Não vou abrir mão dos nossos direitos, não vou brincar à frente da minha comunidade. Minha luta em favor do índio terá três pontos. Demarcar as terras indígenas, exigir o respeito à demarcação e escritura das terras demarcadas". Mário Juruna prometeu ainda lutar contra a Funai, "que não precisa acabar, o que precisa é tirar os homens que mandam lá. A Funai está pisando em cima do índio." (FSP - 22/9/81)

FUNAI NÃO COLOCARÁ OBSTÁCULO

A Fundação Nacional do Índio não fará nenhuma objeção à candidatura do ex-cacique Mário Juruna a deputado pelo PDT do Rio. Sua elegibilidade depende apenas de parecer do Superior Tribunal Eleitoral que, se favorável, não implicará emancipação "ex-officio" por parte do órgão tutelar. O assessor de imprensa da Funai disse que a diretoria do órgão estranhou a atitude do ex-cacique. Há dois meses Juruna esteve aqui e reuniu todo mundo para dizer que precisava de auxílio, porque desejava abandonar a política e se tornar fazendeiro. E ele, agora, vem com essa - desabafou. Há quatro indígenas exercendo o mandato de vereador: Jair Oliveira e Terena de Aquidauana (MS), este presidente da Câmara local pelo

PDS; Isaias Amorim Ferreira (MS), do posto indígena Pilade Rebois, em Miranda, e Pedro Vitorino da Silva (MS), do posto indígena Nioaque e também presidente do diretório do PDS. O cacique Antônio Taré, do posto Cariri, de Porto Real do Colégio, Alagças, é vereador eleito pelo ex-MDB e hoje está no PTB. O cacique Kaingang Ângelo Creta, de Mangueirinha (PR), era vereador pelo MDB e tido como um dos mais combativos, entre os líderes indígenas do Sul do país, até morrer num suspeito acidente automobilístico no final de 1979. (JB - 22/9/81)

TSE GARANTE CANDIDATURA

Segundo a Resolução nº 7019, de 1966, no Tribunal Superior Eleitoral, o índio é alistável, desde que não seja analfabeto, saiba exprimir-se na língua nacional e não esteja privado, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Essa Resolução, aprovada por unanimidade, originou-se de consulta do Departamento Federal de Segurança Pública sobre "se os nossos silvícolas têm condições jurídicas para obter títulos de eleitor, sem prévia manifestação do serviço de proteção aos índios". Foi a consulta relatada pelo Ministro Décio Miranda. Este ressalta em seu voto, adotado pelo TSE, não acarretar a incapacidade política do índio o "regime tutelar" estabelecido em leis e regulamentos especiais. Saliencia ainda inexistir qualquer disposição subordinando o alistamento do silvícola à prévia manifestação do Serviço de Proteção aos Índios, antecessor da Funai. Mas, com o Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973), é possível a reabertura da discussão do assunto, embora o Artigo 9º da mesma lei assegure ao índio requerer ao Juízo competente a sua liberação do regime tutelar, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que tenha a idade mínima de 21 anos, conheça a língua portuguesa, esteja habilitado para o exercício de atividade útil e tenha razoável compreensão dos usos e costumes nacionais. (JB - 22/9/81)

CRENAQUES PERDEM TERRA

O juiz Leogivildo Forte Júnior, da comarca de Resplendor (MG), concebeu medida liminar proposta pelo fazendeiro Balbino Laignier contra os índios Crenaque, determinando a expedição de mandado de reintegração de posse de terras em favor do fazendeiro. A informação foi dada em Brasília, pela Regional Leste do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Com isso, os Crenaque ficarão confinados em apenas 13 alqueires, que a Rural Minas cedeu em 1974 à sociedade São Vicente de Paula", advertiu a Regional do Cimi. (FSP - 24/9/81)

A HISTÓRIA CRENAQUE

Os crenaques foram transferidos de suas terras pela primeira vez em 1957 pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio para a reserva dos índios Maxacali. Os índios não se conformaram com a transferência e retornaram a pé para sua antiga reserva numa caminhada que durou um ano. Em 1972, a Funai decidiu vender a área ocupada pelos crenaques, recebendo em troca a fazenda Guarani. Os índios foram transferidos novamente para a fazenda da Funai, mas no ano passado retornaram às suas terras de origem, que agora estão ocupadas por 59 fazendeiros. A comunidade indígena vive no Vale do Rio Doce e quase foi exterminada com a expansão da sociedade nacional, sobretudo no século XIX e início do século XX. (ESP - 22/9/81)

FUNAI QUER REDUZIR ÁREA INDÍGENA: TEMBE

O coordenador do Cimi-Norte II, padre Nello Ruffaldi (que há alguns meses está proibido de entrar em áreas indígenas) denunciou ontem em Belém que a Funai está fazendo ameaças físicas e morais aos índios tembés para que aceitem um projeto que, de acordo com o padre, significará a redução da área original da reserva em cerca de 90%, bem como a emancipação pura e simples dos indígenas, contrariando legislação a respeito do assunto. Revelou o religioso que a Funai está pretendendo distribuir pequenos lotes de terras entre as 80 famílias remanescentes da comunidade indígena (cerca de 300 pessoas), entregando uma área de 300 mil hectares a grandes grupos econômicos e uma outra parcela a posseiros. Os índios ficariam com 16 mil hectares de uma área de 350 mil hectares que legalmente lhes pertencem. (ESP - 22/9/81)

KAINGANG REIVINDICAM TERRAS

O cacique kaingang Ambrósio Santos, 25 anos, seu pai, Francisco, 61 anos, o avô, Joaquim, 83 anos, e mais alguns outros índios da reserva de Mangueirinha (PR) estão em Brasília para denunciar o tratamento dispensado à comunidade pela Delegacia da Funai em Curitiba e reclamar 8 mil 976 hectares de terras, que estão de posse da empresa Slaviero S/A, mediante decisão judicial contestada pelo órgão tutelar no Tribunal Federal de Recursos. Em entrevista coletiva na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o cacique Ambrósio - sucessor de ângelo Creta, morto no final de 1979 num acidente automobilístico suspeito - afirmou não se tratar de índios revoltados, mas se a solução demorar "chegará o momento de partir para a luta". Afirmou ter apoio garantido das aldeias de Chapecozinho (SC), Palmas (SC), Marrecas, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Rio das Cobras (PR). (JB - 28/9/81)

PEDIDA, NA CÂMARA, DEMISSÃO DO CORONEL PRESIDENTE DA FUNAI

O deputado Antônio Carlos de Oliveira (PT-MS) pediu ontem, na tribuna da Câmara Federal, a demissão do presidente em exercício da Funai, coronel Nobre da Veiga, "em nome da moralidade pública". O dirigente da Funai é acusado de haver adquirido, sem licitação, um prédio para o órgão no valor de 111 milhões de cruzeiros, e de ter gasto 115 milhões na sua reforma. Além de encaminhar documentos e declarações de cartórios que, segundo ele, comprovam a prática de corrupção pelo coronel Nobre da Veiga, Antônio Carlos considerou "estranha" a aquisição de um apartamento por 29 milhões de cruzeiros, no Rio de Janeiro, pelo "chefão da Funai, que é um assalariado e funcionário público", 30 dias após a compra do prédio. O parlamentar mato-grossense aponta ainda que, na reforma do prédio, a empresa de engenharia Santa Bárbara será remunerada com 115 milhões de cruzeiros, embora tenha cobrado 60 milhões pelo serviço. (FSP - 24/9/81)

MOVIMENTOS POPULARES

INVASORES COMEÇAM A CONSTRUIR CASAS

Tranquilas, convictas de que não serão mais expulsas da área ocupada na madrugada de sábado, localizada no Jardim Boa Esperança, região de Campo Limpo, cidade de São Paulo, cerca de 25 famílias começaram a erguer suas casas, assentando blocos de concreto em regime de mutirão. Quase

todas as famílias que passaram a noite de ontem no local, vigiando os lotes de 6m por 18m, demarcados por barbantes presos a estacas de madeira, haviam participado também da frustrada tomada da Fazenda Itupu, pertencentes ao Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (Iapas), há cerca de 15 dias. "Agora vai dar certo porque somos um grupo menor, o terreno é municipal e o prefeito já aceitou invasões desse tipo perto daqui, no bairro da Figueira Grande", justificou Josef Silveira, na época integrante da comissão de representantes dos invasores da Fazenda Itupu que esteve no gabinete do prefeito de São Paulo tentando negociar a construção de casas populares na área do Iapas. (FSP - 24/9/81)

IGREJA

DOM MOACIR GRECCHI É REELEITO PRESIDENTE DA PASTORAL DA TERRA

O Bispo da Prelazia de Acre-Purus, Dom Moacir Grecchi, foi reeleito ontem para a presidência da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ao final de sua III assembléia nacional, da qual participaram 20 de suas Regionais de várias partes do país. Para a vice-presidência, foi eleito o Bispo Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia. O comunicado da CPT assinalou seis casos de conflitos, em que sua atuação é mais intensa. O primeiro refere-se à situação do Baixo Araguaia, com os 13 posseiros presos pela Polícia Federal e por "ela torturados na sede do GETAT, em São Geraldo, e utilizados como instrumento de acusação dos padres Aristides Camio e Francisco Gour, também presos e enquadrados na arbitrária Lei de Segurança Nacional". O segundo caso é o dos "sem terras de Ronda Alta (RS), há sete meses à beira da estrada e desatendidos suas legítimas reivindicações, tanto pelo Governo do Estado, como pelos órgãos federais. Denunciamos as ameaças que pesam sobre o Padre Arnildo e Irmã Aurélia, companheiros generosos desses sem-terras". Em terceiro lugar, a CPT lembra "os milhares de lavradores e suas famílias do Bico do Papagaio e toda a área do GETAT, perseguidos e atemorizados permanentemente pelos grileiros e pistoleiros, pela polícia e pelo GETAT". Em quarto, "os milhões de nordestinos, em estado de fome e de esmola, nas consecutivas secas, nunca atendidos eficazmente pelos órgãos oficiais, que acobertam a indústria da seca e o aumento do latifúndio". Depois, lembra os milhões "de bóias-frias e peões, subempregados e à margem de todo direito trabalhista". Por fim, denuncia "a insegurança de milhões de famílias que, em todo o Brasil, estão sendo leiloados, juntamente com suas terras, em favor dos monstruosos projetos oficiais que somente favorecem aos grandes grupos econômicos". Para a CPT, "o sistema de exploração vigente e seus porta-vozes, particularmente a Empresa Brasileira de Notícias e a Rádio Nacional de Brasília, pretendem responsabilizar a Igreja por esses conflitos". A seu ver, "as verdadeiras causas e os verdadeiros responsáveis dessa tragédia social são o capitalismo dependente e multinacional e o regime de força e repressão que o protege e o promove". A CPT reafirma sua disposição de servir à causa do povo oprimido e manifestou publicamente seu incondicional apoio "aos posseiros que, com renovada decisão, defendem ou recuperam seu pedaço legítimo de terra, assim como a todos os trabalhadores rurais, homens e mulheres, que se organizam, conscientes e autônomos, em seus sindicatos e outras formas de organização popular e assumem suas responsabilidades políticas". A CPT pretende ainda estimular a união de trabalhadores do campo com os da cidade, "com os pescadores, garimpeiros e povos indígenas igualmente massacrados e também se organizando". Por fim, diz que "não será por falta de terra que este Brasil de oito milhões e meio de

quilômetros-quadrados deixará de atender seus lavradores". Reconhece que "a causa que defendemos tem inimigos poderosos. Contamos com a incompreensão e com perseguições, herança dos seguidores do Evangelho, mas o sofrimento e a decisão do povo lavrador, o sangue dos nossos mártires da terra - mais de 70 nos seis últimos anos - a palavra, a vida, a morte e a ressurreição do Jesus Cristo, nos obrigam e nos sustentam neste compromisso na caminhada para a terra prometida". (JB - 27/9/81)

D PAULO AFIRMA QUE POBREZA É O REAL PROBLEMA DO PAÍS

O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo, afirmou ontem que as acusações de envolvimento político-partidário e de infiltração de esquerda na Igreja feitas pelo Senador Jarbas Passarinho e outros setores ligados ao Governo estão "servindo para esconder e desviar a atenção da opinião pública do problema principal, que é a pobreza do país, a inflação crescente e o aumento do desemprego". Para ele, os ataques ao clero já se tornaram "repetitivos, cansativos e sem o menor conteúdo". E ironizou: ao invés de insistirem nas acusações à Igreja, "seria bom, agora, que os talentos sejam orientados para a resolução dos problemas e não para criação de problemas fictícios; a Igreja não tem divisões nem infiltrações, toda ela deve ser progressiva, porque, sem uma caminhada progressista, regressaria". (JB - 22/9/81)

CASALDÁLIGA VÊ O GETAT COMO "FORÇA DE CHOQUE"

O Getat se constitui hoje numa "força de choque" incumbida de limpar a área para a implantação dos projetos Carajás, Goiás Babaçu e outros, denunciou ontem o bispo d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, ao comentar a situação tensa da região do Bico do Papagaio. O comentário foi feito durante a assembléia nacional da Comissão Pastoral da Terra, que está sendo realizada em Goiânia, com a participação de quase 130 pessoas, entre bispos, agentes de pastorais, lavradores e padres, representando as 19 Regionais da CPT. O missionário italiano Nicola Arpone salientou que cerca de oito mil posseiros vivem num clima de tensão na área do Bico do Papagaio, pressionados por grileiros, jagunços e policiais. Já o bispo de Porto Nacional, d. Celso Pereira, preferiu lembrar a recente invasão de uma Igreja em Augustinópolis por mais de 50 pistoleiros, para acrescentar que existem dois pesos e duas medidas em relação à questão de terras no País. D. Celso afirmou que quando um posseiro é assassinado, não há qualquer tomada de posição oficial, acrescentando que a situação não é a mesma quando um fazendeiro ou grileiro se sente ameaçado - imediatamente há toda uma mobilização de forças repressoras contra os posseiros. Num relato durante a assembléia, a CPT Regional Tocantins-Araguaia denunciou que acontecimentos ocorridos na área de sua jurisdição "não são espontâneos". Depois de enumerar os fatos, a CPT diz que "obedecem a uma lógica do sistema repressivo oficial contra o povo empobrecido, visando criar condições favoráveis à implantação de grandes projetos, como Carajás, Goiás Babaçu S/A, Alto Paraíso, Projeto Formoso, Rio do Sono, Próalcool. Tudo isso tem em vista apenas o crescimento do grande capital nacional e estrangeiro, em detrimento dos pequenos proprietários, posseiros e demais habitantes da região". (FSP - 24/9/81)

STM NEGA POR UNANIMIDADE HABEAS A PADRES FRANCESES

O Superior Tribunal Militar negou por unanimidade o habeas corpus impetrado pelos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, acusados, com base na Lei de Segurança Nacional, de incitarem invasão de terras em São Geraldo do Araguaia, no Pará. (JB - 24/9/81)

LUTERANO SE SOLIDARIZA COM PADRES

Em telex enviado ao presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, o presidente da Igreja Luterana do Brasil, Pastor Augusto Kunert, manifestou solidariedade aos dois padres franceses presos em Belém do Pará e "preocupação com o destino que eventualmente possam ter". (JB - 26/9/81)

EM BELÉM, PASSEATA E ATO DE DESAGRAVO

Um culto ecumênico assistido por representantes de cinco Igrejas e mais de 800 pessoas, que lotaram a Igreja das Mercês, e um ato público seguido de uma passeata, movimentaram ontem de manhã e início da tarde o centro de Belém. A manifestação foi em solidariedade aos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e aos 13 posseiros que há vários dias estão presos na sede do Departamento de Polícia Federal na capital paraense. Após o culto, que durou uma hora e meia, os manifestantes saíram em passeata até a praça em frente ao Palácio do Governo, passando em seguida diante do prédio do DPF, onde entoaram cânticos. (ESP - 24/9/81)

PARA D. PAULO, EXPULSÃO DE PADRES É INACEITÁVEL

O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, afirmou ontem, na Cúria Metropolitana, que "não se aceita a expulsão" dos padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio, "porque eles não são considerados por ninguém como infratores de lei e sim como amigos de pessoas perseguidas e sofridas". (FSP - 23/9/81)

POLÍTICA NACIONAL

OAB DENUNCIA CRIME E PROPÕE NOVAS LEIS PARA CONFLITO DE TERRA

A Ordem dos Advogados do Brasil denunciou ontem ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH - o assassinio de dois advogados e espancamento de um terceiro, todos defensores de posseiros contra proprietários e grileiros de terras, propondo ainda a criação de um grupo de estudos para aperfeiçoamento da legislação Civil, Agrária e Trabalhista, de modo a permitir eficaz contenção da violação dos direitos humanos nos conflitos de terra, e pedindo que o CDDPH exija do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins - Getat - informações sobre seus procedimentos. As denúncias e propostas foram apresentadas ontem pelo presidente do Conselho Federal da OAB, José Bernardo Cabral, durante a terceira reunião do conselho este ano, e deverão ser examinadas nas próximas reuniões, previstas para outubro, novembro e dezembro. (ESP - 23/9/81)

LULA DIZ QUE PT QUER O SOCIALISMO

"Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o Poder neste país." Assim, o presidente do PT, Luís Inácio da Silva, Lula, sintetizou os objetivos de seu Partido, definindo-se pelo socialismo como forma de regime.

Este foi o trecho mais aplaudido por cerca de 500 militantes do PT que lotaram o plenário e as galerias do Senado, no encerramento da convenção do Partido, último passo para que obtenha o seu registro definitivo.

No discurso não esqueceu de nenhum setor da sociedade. Assim, manifestou apoio às lutas de emancipação dos trabalhadores urbanos e rurais, das mulheres e de todas as minorias, como negros, índios e homossexuais.

Destacou: "Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso Partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade."

"O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. As questões trabalhistas e sindicais dedicou um terço de seu discurso.

Defendeu, ainda, um sindicalismo livre, criticando os pelegos, repudiando qualquer tipo de união com os pelegos. Enalteceu a unidade sindical, a criação da Central Única dos Trabalhadores, e pediu apoio para o Dia Nacional de Luta, no próximo dia 19. Lula afirmou: "Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do Governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro." E desafiando: "Quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?"

Voltou a tocar nos problemas da terra, pedindo uma reforma agrária, para depois demonstrar que o PT a apóia. E, na prática, acredita que o programa do Partido será, um dia, executado, pois o PT almeja o Poder. Lula, mesmo reconhecendo que é preciso "muita luta" para alcançar tais objetivos, é de opinião de que o PT, nas eleições de 1982, dará mais um passo neste sentido.

Pediu mais empenho de todos os democratas para que a abertura chegue a toda a sociedade. Embora tenha ressaltado que a abertura foi conquistada por vários setores e pela luta sindical, Lula disse entender que ela não chegou a todos. "É uma abertura de superfície, de tampa de panela. Por baixo a panela continua vazia."

Defendeu, também, a Igreja, os padres e bispos que lutam pelos direitos dos mais humildes, dos sem terra, dos índios. (JB - 28/9/81)